

Missão do FMI volta aos EUA e inicia relatório de negociações

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Depois de quinze dias em Brasília, a missão oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI) volta para os Estados Unidos e começa a preparar o relatório sobre as negociações desenvolvidas com o governo brasileiro. Esse relatório funciona como a principal peça para a definição de acordo do tipo "stand-by" que o Brasil pretende assinar com o FMI, no mais tardar, até princípio de agosto. Ele serve de base para a diretoria do Fundo aprovar ou não o acordo.

Neste fim de semana, o chefe da missão, economista Thomas Reichmann, junto com os demais técnicos do FMI, que repassaram nos últimos dias as estatísticas da economia brasileira, tinha agendada uma reunião de avaliação dos trabalhos com o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega.

Na verdade, todo o trabalho envolvendo a parte negocial com o governo brasileiro já estava concluído na sexta-feira passada, incluindo não só as metas globais quantitativas para o final dos anos de 1988 e de 1989, mas também, as metas trimestrais de 1988, que

vão constar do memorando técnico de intenções, de cuja execução depende o desembolso do financiamento do FMI. Elas envolvem, basicamente, quatro grandes indicadores: o déficit público (pelo conceito nominal, que inclui as correções monetária e cambial, e pelo conceito operacional, que desconta aquelas correções), o crédito interno líquido, os agregados monetários (evolução da emissão primária de moeda e dos meios de pagamento), além da reserva internacional líquida e da necessidade de financiamento da dívida externa, descontados aqui eventuais entradas de capital estrangeiro para investimento.

O governo brasileiro já definiu em 4% do Produto Interno Bruto (PIB) a meta que pretende atingir, a partir de programa elaborado internamente, para o déficit público, no conceito operacional, em fins de 1988. Também já traçou em US\$ 4,43 bilhões o valor das reservas internacionais, pelo conceito de caixa do Banco Central (BC) (aquel que está disponível no curto prazo) para dezembro deste ano. Esse, no entanto, não é o conceito com o qual trabalha o FMI, preferindo considerar as re-

servas líquidas, que incluem também os haveres de médio prazo aplicados no exterior.

Nem a taxa de crescimento econômico, nem a expectativa de inflação, são objetivos considerados como tais dentro do programa do FMI. Mas funcionam como importantes variáveis para a definição das metas quantitativas. Dentro das definições já traçadas nas negociações entre o FMI e o governo, a taxa de inflação embutida não precisa, necessariamente, acompanhar a taxa de 600% referencial inflacionária usada na confecção do orçamento da União para o atual exercício. Conforme lembrou a este jornal, conceituada fonte envolvida diretamente nas negociações, o orçamento deste ano foi elaborado a partir de uma nova metodologia, onde a hipótese de inflação é independente.

A missão oficial do FMI passou o fim de semana debruçada em cima, justamente, de alguns pontos relacionados à unificação orçamentária, critério que passou a vigorar a partir de janeiro deste ano, quando o orçamento de operações de crédito do governo saiu do BC e passou para as contas do Tesouro Nacio-

nal. O FMI ainda tinha dúvidas, na sexta-feira, quanto à composição das contas que cabem ao BC e aquilo que passou para o Tesouro Nacional.

O representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, não volta para Washington junto com a missão. Ele encerrou seus trabalhos em Brasília, mas passa uns dias no Rio de Janeiro (onde tem família) antes de viajar para os Estados Unidos. No seu retorno, terá um papel fundamental a desempenhar, porque dele depende apressar o processo de encaminhamento do caso brasileiro dentro do organismo internacional, daqui para a frente.

O trabalho de preparo do relatório final é demorado. A missão precisa consultar outros departamentos e gerências do FMI, antes da redação final, o que poderá levar cerca de três ou quatro semanas. Só depois, o relatório é distribuído aos membros da diretoria do FMI, com dias de antecedência à reunião do "board". Ao "board" cabe dar a palavra final sobre o acordo, mas a reunião para avaliar o caso do Brasil ainda não está marcada. Depende do andamento do processo dentro do FMI.